



AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 1507.01-25-DEIN
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00010.20250526/0006-00

A(O) Secretaria Municipal de Infraestrutura, por intermédio do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento pelo Menor Preço por Item, na hipótese do Art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais exigências previstas neste aviso de dispensa eletrônica e seus Anexos.

DADOS DA SESSÃO PÚBLICA

Data da sessão: 24 de julho de 2025

Link:

<http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/usuario/login/certame/4b774fcb-c3b4-441d-ada2-d58b78272fde/>

Horário de início da fase de lances: 09:00 Hs

Horário de finalização da fase de lances: -- Hs

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em Item, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	DE MOTOR BOMBA CENTRIFUGA DE 7,5 CV A 380 V	1.0	Unidade

Potência: 7,5 CV (ou aproximadamente 5,5 kW, considerando que 1 CV $\approx$ 0,735 kW). Tensão de Alimentação: 380 V (trifásico). É crucial que o motor seja projetado para essa tensão para evitar sobrecargas ou subdimensionamento. Corrente Nominal (In): Varia de acordo com o fabricante e o modelo do motor, mas para um motor de 7,5 CV a 380 V, a corrente nominal geralmente fica na faixa de 12 a 15 Amperes. Frequência: 60 Hz (padrão no Brasil). Rotação (RPM): A rotação nominal mais comum para motores de bomba centrífuga é de 3500 RPM (2 polos) ou 1750 RPM (4 polos). Fator de Potência (cos ϕ): Geralmente entre 0,80 e 0,90. Um fator de potência mais alto indica maior eficiência energética. Rendimento (η): Motores modernos devem ter alto rendimento, preferencialmente acima de 85%, especialmente se for um motor de alta eficiência (IE3 ou IE4).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2025/2028

2	MOTOR BOMBA CENTRIFUGA DE 10 CV A 380 V	1.0	Unidade
Potência e Alimentação Elétrica Potência: 10 CV (Cavalos-Vapor) Tensão de Alimentação: 380 V Frequência: 60 Hz (Padrão no Brasil) Tipo de Corrente: Trifásica 2. Características do Motor Elétrico: Motor elétrico de indução trifásico Grau de Proteção (IP): Geralmente IP55 (Proteção contra poeira e jatos d'água), ideal para ambientes industriais e externos. Isolamento: Classe F (Suporta temperaturas de até 155°C) ou superior. Rotação (RPM): Pode variar, mas os mais comuns são 3500 RPM (2 polos) ou 1750 RPM (4 polos). A escolha depende da curva de desempenho desejada (vazão x altura manométrica). Eficiência: Motores com alta eficiência energética (IE3 ou IE4) são recomendados para economia de energia. 3. Características da Bomba Centrífuga Material do Corpo da Bomba: Ferro fundido, aço inox (para líquidos corrosivos), bronze (para água salgada). Material do Rotor (Impulsor): Ferro fundido, aço inox, bronze, Noryl (termoplástico de engenharia). Selo Mecânico: Carbono/Cerâmica/Borracha NBR é o padrão. Para aplicações mais exigentes, Viton ou EPDM podem ser necessários. Diâmetro da Sucção e Recalque: Varia de acordo com o modelo e a vazão esperada, mas para 10 CV é comum encontrar diâmetros de 2" a 4" para sucção e 1.5" a 3" para recalque. Vazão (Q): A vazão nominal em m³/h ou l/s. Este é um dado crucial que depende da aplicação. Altura Manométrica Total (HMT): A altura que a bomba consegue elevar o fluido (em metros). Este também é um dado crucial para a seleção. NPSH Requerido (NPSHr): É a pressão mínima necessária na sucção da bomba para evitar cavitação. Deve ser sempre menor que o NPSH disponível no sistema. 4. Considerações Adicionais Acoplamento: Direto (monobloco) ou por luvas (para bombas e motores separados, oferecendo mais flexibilidade de manutenção). Base: Necessidade de base de apoio para fixação do conjunto motobomba. Proteção Térmica: É fundamental que o motor tenha proteção contra sobrecarga e superaquecimento (disjuntor motor, relé térmico). Uso: Água limpa, água suja, líquidos químicos, etc. Esta informação é vital para a escolha dos materiais da bomba. Curva de Desempenho (Q x H): Gráfico que mostra a relação entre vazão e altura manométrica para diferentes rotações e diâmetros de rotor. Essencial para dimensionamento preciso.			
3	MOTOR BOMBA CENTRIFUGA DE 15 CV A 380 V	1.0	Unidade
Potência: 15 CV (cavalos-vapor). Tensão: 380 V (trifásica). Frequência: 60 Hz (padrão no Brasil). Rotação: Geralmente 1750 RPM ou 3500 RPM (motores de 4 ou 2 polos, respectivamente). A rotação influencia a vazão e a altura manométrica. Conexões: Flangeadas ou roscadas, dependendo do modelo e da aplicação. Materiais: Carcaça: Ferro fundido é comum, mas pode ser de aço inoxidável para líquidos corrosivos. Rotor: Ferro fundido, bronze, aço inoxidável (dependendo do líquido e da aplicação). Eixo: Aço carbono ou aço inoxidável. Selo mecânico: Componente vital para evitar vazamentos, com diferentes materiais para diversas aplicações (cerâmica/grafite para água limpa, carbeto de silício para abrasivos). Tipo de Acoplamento: Geralmente direto, mas pode ser por luvas ou polias em sistemas específicos. Grau de Proteção do Motor: Mínimo IP55 (protegido contra poeira e jatos de água), mas pode ser maior dependendo do ambiente.			
4	BOMBA SUBMERSA DE 0,5 CV 4 POLEGADAS	10.0	Unidade
Submersa Potência: 0,5 CV (cavalo-vapor) Diâmetro da Bomba: 4 polegadas (para poços com diâmetro interno mínimo de 4 polegadas, idealmente 4,5" a 6" para folga na instalação); Fluido a Ser Bombeado: Água; Temperatura Máxima do Fluido: (Geralmente 35°C para água potável, mas pode variar) Temperatura Ambiente Máxima: (Geralmente 40°C) Local de Instalação: Poço artesiano, cisterna, reservatório, etc. 2. Dados Hidráulicos (Cruciais para dimensionamento): Vazão Necessária (Q): Em litros por hora (L/h) ou metros cúbicos por hora (m³/h). 3. Características Elétricas: Tensão de Alimentação: (127V, 220V, 380V - monofásica ou trifásica). Frequência: 60 Hz (Padrão no Brasil) Corrente Nominal: (A); Comprimento do Cabo Elétrico: (Geralmente 15 a 30 metros é comum, mas pode ser especificado de acordo com a profundidade do poço e distância da casa de bombas/quadro de comando) 4. Materiais de Construção: Corpo da Bomba: Aço Inox (AISI 304, AISI 316 para maior resistência à corrosão), Termoplástico. Rotor/Difusor: Noryl, Aço Inox, Bronze. Eixo: Aço Inox. Selo Mecânico: Cerâmica/Grafite, Carbeto de Silício (para maior durabilidade). 5. Características Construtivas: Número de Estágios: (Determinado pela HMT necessária, bombas com mais estágios geralmente atingem maiores alturas manométricas) Conexão de Saída: (1", 1 1/4" Rosca BSP) Protetor Térmico Incorporado: (Importante para proteção do motor) Capacitor: (Para bombas monofásicas, se externo ou interno à caixa de controle) Válvula de Retenção: (Em alguns modelos, já vem incorporada ou recomendada na instalação).			
5	BOMBA SUBMERSA DE 3/4 CV 4 POLEGADAS	5.0	Unidade
Potência: 3/4 CV (Cavalo Vapor): Equivale a aproximadamente 550 a 560 Watts. É uma potência adequada para aplicações residenciais, pequenas irrigações e abastecimento de reservatórios em alturas e vazões moderadas. 2. Diâmetro: 4 polegadas: Refere-se ao diâmetro externo da bomba. Isso significa que ela é projetada para ser instalada em poços tubulares com diâmetro interno mínimo de 4 polegadas (geralmente 100mm). 3. Voltagem: Monofásica (110V ou 220V): Mais comum para uso residencial. Verifique a voltagem disponível no local de instalação. Trifásica (220V, 380V, 440V): Usada em aplicações que demandam maior potência e em instalações industriais ou rurais com rede trifásica. É menos comum para 3/4 CV, mas existe. 4. Altura Manométrica (mca): Representa a altura máxima que a bomba consegue elevar a água. Este é um dos parâmetros mais críticos e varia muito entre os modelos. Para uma bomba de 3/4 CV, a altura manométrica pode variar de aproximadamente 30 metros a mais de 80 metros (ou até mais, dependendo do número de estágios da bomba). É crucial saber a profundidade do seu poço e a altura total de elevação necessária. Exemplo: Uma bomba pode ter uma vazão máxima em baixa altura manométrica e uma vazão mínima em alta altura manométrica. 5. Vazão (L/h ou m³/h): Indica o volume de água que a bomba consegue recalcar em um determinado tempo. Também varia conforme a altura manométrica. Para 3/4 CV, a vazão pode variar bastante, de centenas a alguns milhares de litros por hora (L/h). Exemplo: Uma bomba de 3/4 CV pode entregar 3.600 L/h a 35 metros de altura, mas apenas 600 L/h a 83 metros (exemplo de uma Leão 4R3PA-09). 6. Estágios: O número de estágios (rotores e difusores) influencia diretamente a altura manométrica que a bomba pode atingir. Mais estágios geralmente significam maior altura manométrica e menor vazão para a mesma potência. 7. Material de Construção: Carcaça/Corpo: Geralmente em aço inoxidável (AISI 304 ou 316) para maior durabilidade e resistência à corrosão. Rotores e Difusores: Podem ser de tecnopolímero (plástico de engenharia como Noryl) ou aço inoxidável. Rotores flutuantes são comuns e ajudam a resistir ao desgaste por areia. Eixo: Aço inoxidável.			
6	BOMBA SUBMERSA DE 1CV 4 POLEGADAS	2.0	Unidade
Potência e Voltagem: Potência: 1 CV (Cavalo-vapor) ou 750W. Voltagem: Geralmente disponível em 220V, tanto em versões monofásicas quanto trifásicas. É fundamental verificar a voltagem da rede elétrica no local de instalação para garantir a compatibilidade. 2. Diâmetro e Tipo: Diâmetro: 4 polegadas (geralmente cerca de 94mm a 97mm). Este diâmetro é padrão para poços com diâmetro mínimo de 4 polegadas. Tipo: Comumente do tipo "caneta" ou "palito", devido ao seu formato alongado que facilita a imersão em poços estreitos. 3. Desempenho (Vazão e Altura Manométrica): Vazão: A vazão da bomba varia significativamente dependendo do modelo e da altura manométrica. Modelos de 1CV podem oferecer vazões máximas de 2.600 a 5.100 litros por hora (L/h) ou de 0,3 a 13,0 m³/h, dependendo da altura. Altura Manométrica (m.c.a - metros de coluna de água): Indica a altura máxima em que a bomba consegue recalcar a água. Para bombas de 1CV, essa altura pode variar de 40 metros a mais de 100 metros, chegando a até 143 m.c.a. ou até 354 m.c.a em alguns modelos específicos. É crucial escolher uma bomba com altura manométrica adequada à profundidade do poço e à altura do reservatório ou ponto de consumo. 4. Material de Fabricação: Corpo da Bomba, Carcaça do Motor e Eixo: Geralmente fabricados em aço inoxidável (AISI 304), que oferece alta resistência à corrosão e prolonga a vida útil do equipamento, mesmo em ambientes desafiadores. Rotor: Pode ser de tecnopolímero (plástico de engenharia), noryl com fibra de vidro, ou outros materiais resistentes ao desgaste. Corpo de Sucção e Válvula: Muitas vezes em			



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU
Poder Executivo Municipal – Estado do Ceará
Gestão 2025/2028

bronze, para maior durabilidade. 5. Condições de Operação e Características Adicionais: Água: Projetada para bombear água limpa, isenta de sólidos. O pH da água deve estar geralmente entre 6,5 e 8,0. Teor Máximo de Areia: Geralmente limitado a 50 g/m³ ou 100 g/m³, para evitar danos à bomba. Temperatura Máxima do Líquido: Em torno de 35°C a 40°C. Submersão Máxima: A profundidade máxima em que a bomba pode operar submersa, que pode ser de 70 a 80 metros. Sistema de Refrigeração: Pode ser a óleo atóxico (para maximizar a durabilidade do motor) ou a água. Proteção: IPX8 ou IP68: Grau de proteção contra imersão contínua em água. Proteção Térmica: Contra sobrecarga, evitando a queima do motor. Quadro de Comando (Control Box): Muitas bombas de 4 polegadas acompanham um quadro de comando com botão liga/desliga e protetor térmico, garantindo uma instalação e operação seguras. Bombas menores (2,5 ou 3 polegadas) podem não acompanhar. Conexão de Saída (Recalque): Geralmente de 1 1/4" ou 1 1/2" com rosca BSP. Número de Estágios: Variável, dependendo do modelo e da curva de desempenho (ex: 7, 9, 11, 13 estágios). Quanto mais estágios, maior a altura manométrica que a bomba pode atingir. Rotação: Cerca de 3500 rpm. Cabo de Energia: O comprimento do cabo pode variar, comumente 2 metros ou mais, podendo ser de 3 vias (2 fases + neutro) + terra para bombas que exigem caixa de comando. 6. Aplicações Típicas: Captação de água potável em poços tubulares profundos. Fornecimento de água para uso residencial, industrial e agrícola. Pressurização de rede hidráulica. Sistemas de abastecimento, irrigação e mineração. Reservatórios.

7	BOMBA SUBMERSA DE 1,5 CV 4 POLEGADAS	2.0	Unidade
---	--------------------------------------	-----	---------

Potência: 1,5 CV (cavalo-vapor) Diâmetro: 4 polegadas (100 mm), o que significa que ela é projetada para poços com diâmetro interno mínimo de 4 polegadas. Aplicações: Captação de água potável em poços tubulares profundos. Fornecimento de água para uso residencial, industrial e agrícola. Pressurização de redes hidráulicas. Sistemas de abastecimento, irrigação e mineração. Enchimento de reservatórios. Detalhes Técnicos Comuns: Tensão (Voltagem): Pode ser Monofásica (220V, geralmente com painel de controle/control box) ou Trifásica (220V ou 380V). A escolha depende da sua rede elétrica local. Bocal de Saída (Recalque): Geralmente 1 1/4" ou 1 1/2" com rosca BSP. Vazão: Varia bastante em função da altura manométrica. Vazão máxima: Pode ir de aproximadamente 3.600 a 6.500 litros por hora (3,6 a 6,5 m³/h) em alturas manométricas menores. Vazão mínima: Pode ser de 300 a 600 litros por hora (0,3 a 0,6 m³/h) em alturas manométricas maiores. Altura Manométrica Total (m.c.a - metros de coluna d'água): Indica a capacidade da bomba de elevar a água. Varia desde pouquíssimos metros até mais de 100 metros, dependendo do modelo e número de estágios. Exemplos comuns: Altura mínima: 22 a 58 m.c.a. Altura máxima: 80 a 170 m.c.a. (ou até mais, dependendo do modelo específico). Número de Estágios: Refere-se à quantidade de rotores/difusores que a bomba possui. Mais estágios geralmente significam maior altura manométrica alcançada. Pode variar de 9 a 17 estágios ou mais. Material da Carcaça/Corpo: Comumente em aço inox, que oferece boa resistência à corrosão. Rotor/Difusor: Pode ser de tecnopolímero injetado (plástico de engenharia) ou outros materiais resistentes. Lubrificação: Geralmente a óleo (atóxico) ou água. Frequência: 60 Hz (padrão no Brasil). Motor: Acoplagem com motor de acordo com a Norma NEMA (National Electrical Manufacturers Association).

8	BOMBA SUBMERSA DE 2 CV 4 POLEGADAS	2.0	Unidade
---	------------------------------------	-----	---------

Potência: 2 CV (cavalos-vapor). Diâmetro: 4 polegadas (o que a torna adequada para poços com diâmetro interno mínimo de 4"). Tensão: Pode ser monofásica (220V, 230V, 250V ou 440V em alguns casos) ou trifásica (220V, 380V ou 440V). Bocal de Saída (Recalque): Geralmente de 1 1/4" ou 1 1/2" com rosca BSP. Estágios: O número de estágios varia e influencia a relação entre vazão e altura manométrica. Modelos de 2 CV podem ter de 12 a 24 estágios, por exemplo. Material: Corpo da bomba e motor: Frequentemente em aço inox (AISI 304) para maior durabilidade e resistência à corrosão. Rotores e difusores: Podem ser de tecnopolímero injetado (como Noryl com fibra de vidro) ou, em alguns casos, de aço inox ou bronze. Corpo de sucção e válvula: Geralmente em bronze. Sistema de Refrigeração do Motor: A maioria é lubrificada a óleo (atóxico) ou, em alguns modelos, a água. Cabo de Ligação: Costuma ter 3 vias (2 fase + neutro) + terra, com comprimento variando (ex: 1,8m a 2m).

9	BOMBA SUBMERSA DE 2,5 CV 4 POLEGADAS	2.0	Unidade
---	--------------------------------------	-----	---------

Potência: 2,5 CV (Cavalos-Vapor). 2. Diâmetro: 4 Polegadas (aproximadamente 100-102 mm) 3. Material de Fabricação: Corpo da Bomba: Geralmente em aço inoxidável (AISI 304, AISI 316) para resistir à corrosão e garantir longa vida útil, especialmente em contato com água. Rotores e Difusores: Podem ser de Noryl (termoplástico de alta resistência), Lexan, ou aço inoxidável, dependendo da aplicação e da presença de abrasivos na água. Materiais de alta qualidade são essenciais para manter a eficiência. Eixo do Motor: Aço inoxidável. 4. Performance (Vazão e Altura Manométrica). Vazão (Q - metros cúbicos por hora, ou litros por hora/minuto): A quantidade de água que a bomba pode fornecer em um determinado tempo. Para uma bomba de 2,5 CV, a vazão pode variar de aproximadamente 2 a 10 m³/h, dependendo da altura manométrica. Altura Manométrica (H - metros de coluna d'água - MCA): A altura máxima que a bomba consegue elevar a água. Para 2,5 CV, a altura manométrica pode variar amplamente, tipicamente entre 60 a 150 MCA, dependendo do design dos rotores e do número de estágios. 5. Tipo de Motor: Monofásico ou Trifásico: Monofásico (220V): Mais comum para uso residencial e pequenos sítios, onde a rede elétrica é monofásica. Trifásico (220V, 380V, 440V): A maioria das bombas submersas de 4 polegadas é refrigerada a água, aproveitando o fluxo da própria água bombeada para dissipar o calor do motor. 6. Proteções e Recursos Adicionais: Proteção Térmica: Desliga a bomba em caso de superaquecimento. Quadro de Comando/Painel de Controle: Essencial para bombas submersas. Contém: Disjuntor de proteção. Capacitor (para motores monofásicos). Relé de sobrecarga para proteção do motor. Chave liga/desliga. Proteção contra surtos de tensão. Cabo Elétrico Submersível: De alta qualidade e isolamento, com comprimento adequado para a profundidade do poço. Válvula de Retenção: Integrada ou recomendada para evitar o retorno da água para o poço após o desligamento da bomba, protegendo o sistema. Sistema de Partida: Direta, ou com inversor de frequência para maior eficiência e vida útil. 7. Condições de Operação: Temperatura da Água: Geralmente até 30-35°C. Teor de Areia na Água: Bombas específicas são projetadas para tolerar um certo nível de areia (ex: até 50 g/m³), mas é sempre preferível que a água seja o mais limpa possível. O excesso de areia pode causar desgaste prematuro dos rotores e difusores. PH da Água: O material da bomba deve ser compatível com o pH da água para evitar corrosão.

10	BOMBA SUBMERSA DE 3 CV 4 POLEGADAS	2.0	Unidade
----	------------------------------------	-----	---------

Potência: 3 CV (Cavalos-Vapor). Tensão: Geralmente trifásica (220V, 380V ou 440V) para essa potência. Frequência: 60 Hz (padrão no Brasil). Diâmetro da Bomba: 4 polegadas. Vazão (Q): A vazão é a quantidade de água que a bomba consegue recalcar em um determinado tempo (litros/hora ou m³/hora). É crucial para o dimensionamento e depende da altura manométrica. Importância: Necessidade de água por dia ou por hora. Faixa típica para 3 CV (4"): Pode variar amplamente de 1.000 a 10.000 litros/hora ou mais, dependendo da altura. Altura Manométrica Total (HMT): É a altura total que a bomba precisa elevar a água, incluindo a altura geométrica (diferença de nível entre a captação e o ponto de recalque), perdas de carga na tubulação (devido a atrito, curvas, válvulas, etc.) e pressão de saída desejada. Importância: Profundidade do poço, altura do reservatório, distância da tubulação. Faixa típica para 3 CV (4"): Pode variar de 30 a mais de 100 metros. Material de Fabricação: Corpo da bomba: Aço inoxidável (melhor durabilidade e resistência à corrosão), ferro fundido ou termoplástico (menos comum para essa potência). Rotor/Impulsor: Noryl, poliacetal, aço inoxidável (melhor performance e durabilidade). Eixo: Aço inoxidável. Tipo de Rotor: Rotor radial: Comum em bombas submersas de poço, otimizado para altas alturas e vazões médias. Rotor semiaberto ou fechado: Conforme a aplicação e o tipo de líquido.



1.2.1. Havendo mais de um Item faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico <http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/usuario/login/certame/4b774fcb-c3b4-441d-ada2-d58b78272fde/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos para cadastro no link <http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/usuario/login/certame/4b774fcb-c3b4-441d-ada2-d58b78272fde/>, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5%



(cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21 e desde que pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, não necessite de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.



3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e



qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 09:00 Hs da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.



4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;



5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

6.1.1. Habilitação Jurídica

a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

g) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela



Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

h) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

i) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

j) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



g) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**;

b.1. As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.3. Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

c) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante



c.1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 5%.(cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

6.1.4. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1. Os atestados deverão referir-se aos bens/serviços fornecidos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os bens.

b) Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

c) Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

c.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

c.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

c.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;



c.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

c.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

c.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Registro Cadastral de Fornecedores do SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php). (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário);

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);



6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedores para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos



cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. **O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação de 6 meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.



7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;



8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.8. O processamento do PAR - Processo de Apuração de Responsabilidade, não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e no(s) endereço(s) eletrônico(s) <http://www.saoluisdocuru.ce.gov.br/> <http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/usuario/login/>.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.



9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados, procedimento deserto.

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5.1. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.5.2. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Termo de referência/Projeto Básico;

9.13.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato.

São Luís do Curu/CE, 18 de julho de 2025

Charles Antonio De Oliveira Silva Junior
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA
MATRICULA Nº 025/2025